



infratróia

**RELATÓRIO
&
CONTAS
2016**



infratróia



Índice

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A EMPRESA	4
Estrutura, funções e responsabilidade	5
Órgãos Sociais	7
RELATÓRIO DE GESTÃO	8
Atividade da Empresa	9
Indicadores Económico-financeiros	16
Indicadores Operacionais	17
Recursos Humanos	19
Investimentos e Contratação	20
Análise económico-financeira	21
Aplicação de resultados	23
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
Balço	25
Demonstração dos resultados por naturezas	26
Demonstração das alterações no capital próprio	27
Demonstração de fluxos de caixa	29
Anexo	30
RELATÓRIOS E PARECERES	58
Gráfico 1. Contributo da Infratróia para a melhoria da qualidade do Ambiente	10
Gráfico 2. N.º colaboradores por género	19
Gráfico 3. Antiguidade dos colaboradores	19
Gráfico 4. Faixa etária colaboradores em 2016	19
Gráfico 5. Investimento	20
Gráfico 6. Procedimentos de contratação (€)	20
Gráfico 7. Volume de Negócios	21
Gráfico 8 e 9. Gastos gerais	22



Mensagem da Administração

Mensagem da Administração

O ano de 2016 foi mais um ano em que a Infratróia-Infraestruturas de Tróia, EM, consolidou as condições operacionais para a prestação de um melhor serviço aos Clientes, na manutenção e gestão das infraestruturas e espaços públicos ou de uso público na Área de Desenvolvimento Turístico (ADT) de Tróia.

Foi ainda um ano que fica marcado por três momentos que destacamos pela sua relevância e importância no futuro da empresa: i) pela assinatura do Contrato Programa e o Contrato de Gestão delegada com o Município de Grândola, documentos estruturais e fundamentais para a atividade da Infratróia; ii) pela atribuição à Infratróia de novas competências pelo Município de Grândola, nomeadamente no Licenciamento de ocupação de espaço público, publicidade e exercício de atividades na ADT de Tróia, permitindo assim uma maior aproximação do processo de decisão aos munícipes e Clientes de Tróia; e iii) pelo início da implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) em Ambiente, Qualidade e Segurança, que tem contado com uma participação muito ativa de toda a organização e que contribuirá de uma forma decisiva para o aperfeiçoamento dos processos internos, visando a contínua melhoria da organização na prestação de serviços com qualidade em respeito pelo meio ambiente e zelando pela saúde e segurança dos seus Clientes e Colaboradores.

Este foi também o ano em que se regista um aumento significativo do volume de investimento, que atingiu um valor total de 250 mil euros, nos quais se destacam um novo furo de captação de água e a aquisição de novos equipamentos para a limpeza urbana e espaço verdes.

No âmbito do objetivo estratégico da otimização dos recursos, nomeadamente da água, salientamos a contratação junto da EPAL de um sistema de deteção de fugas de água, em implementação na Urbanização de Soltróia e com um investimento total de 20 mil euros, que nos irá permitir identificar potenciais fugas de água e reduzir este indicador para os valores recomendados pelo PENSAAR 2020. Ainda no âmbito deste objetivo estratégico, demos também início a um programa de renovação dos espaços verdes, nomeadamente com a requalificação dos nós da estrada municipal 253, com uma área total de intervenção de cerca de 4 mil m². Estas intervenções, para além da referida renovação dos espaços, irão contribuir para a redução dos consumos de água de rega nos espaços públicos.



Mensagem da Administração

Gostaríamos ainda de destacar a consolidação económica e financeira da Infratróia, que em 2016 apresenta um crescimento de 10% no Volume de Negócios, para 1,2 milhões de euros, em resultado do aumento do volume de água faturada, igualmente de 8%, para 518 mil m³ e do aumento do número de Clientes para 2 029 (+3,3%). Registámos ainda uma melhoria de 46% no resultado operacional, originando um resultado líquido de 67 mil euros. Estes resultados mantêm a Infratróia dentro dos indicadores de cobertura de Gastos Totais recomendados para o sector pela entidade Reguladora – ERSAR.

É com base nestes resultados que continuaremos a motivar a organização para diariamente continuar a prestar um serviço de qualidade orientado para o Cliente, avaliando de forma sistemática as suas necessidades num quadro de garantia de sustentabilidade da empresa e da gestão eficiente dos recursos.

Agradecemos assim aos nossos Clientes a confiança depositada na Infratróia, EM e muito particularmente a todos os Colaboradores da empresa, pela sua dedicação, competência e profissionalismo. Um agradecimento final aos restantes membros dos Órgãos Sociais da empresa, designadamente ao Município de Grândola e à Troiaresort, SGPS, SA, à Mesa da Assembleia Geral, ao Fiscal Único e ao ROC, por toda a colaboração e apoio prestada e que contribuíram para os resultados alcançados no ano de 2016.

O Conselho de Administração



A Empresa

Estrutura, funções e responsabilidade	5
Órgãos Sociais	6



Estrutura, funções e responsabilidade

A **Infratróia** é uma empresa do setor empresarial local (SEL), de capitais maioritariamente públicos constituída em 12 de Abril de 2001, detida 74,1% pelo Município de Grândola e 25,9% pelo Troiaresort, SGPS SA.

O objeto social da Infratróia consiste na exploração de atividades de interesse geral e de promoção do desenvolvimento da Área de Desenvolvimento Turístico de Troia (ADTT), incluindo as atividades de:

- Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e a gestão urbana na ADTT, incluindo a gestão, manutenção e conservação da iluminação pública, da rede viária, dos espaços verdes e do mobiliário urbano;
- Gestão urbana na ADTT, incluindo emissão de permissões, fiscalização e aplicação de sanções em matéria de publicidade, de ocupação do espaço público e da via pública, por motivo de obras ou outros, e de ruído, bem como a gestão das áreas de recreio e lazer;
- Promoção e gestão de equipamentos coletivos na ADTT, designadamente equipamentos desportivos;
- Gestão e manutenção dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem assim como a prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, na ADTT;
- Limpeza pública na ADTT, incluindo a limpeza de praias;
- Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano na ADTT.

A delimitação da ADTT está definida no Plano de Urbanização de Tróia, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros 23/2000 e alterado pela Deliberação 1240/2011.

A 17 de Outubro de 2016 formalizou com o Município de Grândola o Contrato Programa e o Contrato de Gestão Delegada.

A handwritten signature in blue ink, likely of a representative of the company or municipality.



Estrutura, funções e responsabilidade

No âmbito das suas funções, a gestão reviu cuidadosamente o risco de liquidez, tendo a expectativa que conseguirá assegurar a liquidez necessária à prossecução do seu objetivo, contando para o efeito com o apoio dos seus acionistas sempre que necessário.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, sendo esta a divisa igualmente a moeda funcional da Empresa, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Nos termos do art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face aos elementos fornecidos pelos elementos que compõem os Órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade, que nenhum deles, possui ações ou obrigações emitidas pela sociedade.

Nos termos e para os efeitos do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face às comunicações dos acionistas abaixo relacionados, que as participações no capital da sociedade são as seguintes:

Acionista	Participação	N.º Ações
Câmara Municipal de Grândola	74,10 %	37 050
TroiareSORT SGPS, SA	25,90 %	12 950



Órgãos sociais

ASSEMBLEIA-GERAL

FERNANDO ANTÓNIO DE OLIVEIRA TRAVASSOS

Presidente

LÍVIA FERNANDES MARTINS

Secretária

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



JOSÉ ANÍBAL GOMES FERRO DE CARVALHO

Presidente



RICARDO MIGUEL DA COSTA

Vogal



JOÃO PEDRO PEREIRA NUNES MADEIRA

Vogal

FISCAL ÚNICO

PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Hermínio António
Paulos Afonso

FISCAL ÚNICO SUPLENTE

JOSÉ PEREIRA ALVES



Relatório de Gestão

Atividade da Empresa	8
Indicadores Económico-financeiros	14
Indicadores Operacionais	15
Recursos Humanos	17
Investimentos e Contratação	18
Análise económico-financeira	19
Aplicação de Resultados	21



Atividade da Empresa

Fatos Relevantes

A Infratróia-infraestruturas de Tróia, EM durante o ano de 2016, em linha com as orientações estratégicas definidas anteriormente, continuou a apostar na melhoria das condições operacionais para a prestação de um melhor serviço aos Clientes, acompanhando assim o desenvolvimento da sua atividade de manutenção e gestão das infraestruturas da Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia (ADTT), tendo encerrado o ano com um resultado operacional de 264 136 euros e um resultado líquido do exercício de 67 222 euros.

Em maio de 2016, foi assumida pela Infratróia a nova competência em Licenciamento de ocupação de espaço público, publicidade e exercício de atividades na ADT de Tróia.

Com vista ao aperfeiçoamento de processos internos, iniciou-se em 2016 a implementação de um Sistema de Gestão Integrado em Ambiente, Qualidade e Segurança o que demonstra um elevado compromisso da organização em desenvolver e prestar serviços com qualidade, respeitando o meio ambiente e zelando pela saúde e segurança dos seus Clientes e Colaboradores.

No último trimestre de 2016, foi celebrado o Contrato Programa e o Contrato de Gestão delegada com o Município de Grândola, estando assim concluído um processo iniciado em 2012, sendo estes documentos estruturais e fundamentais para a atividade da Infratróia.



Foi ainda aprovado em Outubro de 2016, pela Assembleia Municipal, a Proposta de Alteração do Regulamento de Circulação e Estacionamento de Tróia (RCET).

Na sequência do ofício circulado da Autoridade Tributária (AT) n.º 30177 datado de 10/12/15, referente ao enquadramento do serviço público de resíduos e com base num pedido de informação vinculativa à AT, o IVA das atividades de resíduos e saneamento deixaram de ser passíveis de dedução.

No seguimento das recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), foi ainda proposto ao Município de Grândola uma revisão da estrutura tarifária da Infratróia para 2017 e dos Regulamentos dos Serviços, com a inclusão do tarifário para famílias numerosas e tarifário social, o qual foi aprovado em Sessão de Câmara em Dezembro de 2016.



Atividade da Empresa

Clientes

A Infratróia terminou o ano de 2016 com **2 029** Clientes, um crescimento de 64 clientes face a 2015.

Em 2016, foi adjudicado um novo serviço de expedição das faturas aos clientes que permitirá no decorrer de 2017, implementar a solução de faturação eletrónica.

Em Agosto, foram realizados, novamente os inquéritos de avaliação de satisfação junto dos nossos Clientes os quais continuam a revelar resultados positivos.

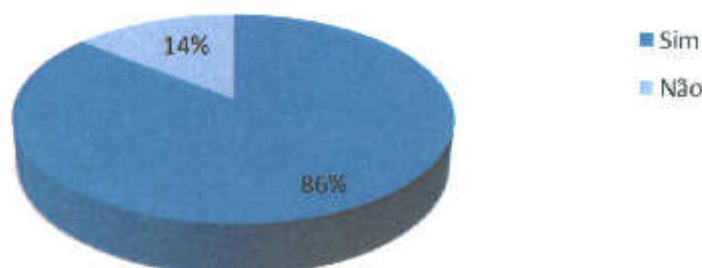
Este inquérito obteve 207 respostas, e teve como objetivo recolher a avaliação dos Clientes aos nossos serviços e identificar áreas de melhoria. Foi utilizada uma escala de 1 a 10, em que 10 equivalia a muito satisfeito e 1 a nada satisfeito.

O nível de avaliação global do nosso serviço foi positivo, sendo a classificação de 8, a mais utilizada pelos nossos clientes.

Relativamente aos prestadores de serviços da sua área de residência, 83% dos nossos clientes consideram o serviço igual, melhor ou muito melhor, sendo que 86% considera que a Infratróia contribui para a melhoria da qualidade do ambiente (Gráfico 1).

Em comparação com o ano de 2015, 91% dos nossos Clientes considera o serviço igual, melhor ou muito melhor.

Gráfico 1. Contributo da Infratróia para a melhoria da qualidade do ambiente





Atividade da Empresa

Recursos Humanos

Na área de recursos humanos, e sendo uma das nossas apostas a segurança dos colaboradores, reforçada pela implementação do sistema integrado em Ambiente, Qualidade e Segurança, foram desenvolvidas diversas avaliações das condições laborais e dos equipamentos de trabalho, nomeadamente, a avaliação da exposição ao ruído, a avaliação da exposição ocupacional a vibrações, medição de temperaturas e humidade, avaliação de iluminância, de exposição a riscos biológicos e de atmosfera explosiva.

Foi ainda efetuada a verificação de máquinas e equipamentos de trabalhos e revisão do plano de equipamentos de proteção individual e de sinalização nas instalações.

Neste seguimento, foram implementadas diversas medidas para a melhorar as condições acima referidas, tais como, a celebração de contratos para higienização das fardas e para limpeza das instalações operacionais.

Todos estas ações, determinaram ainda a elaboração de um plano de formação para o ano de 2017, com vista ao desenvolvimento não só das competências dos colaboradores, mas também para reforçar a necessidade de adoção de medidas de segurança no decorrer das suas tarefas.

No âmbito social, voltou-se a realizar o almoço de natal com todos os colaboradores e respetiva entrega do cabaz de natal e a festa de natal para os filhos dos colaboradores com a entrega de uma prenda a todas as crianças.



Handwritten signature in blue ink.



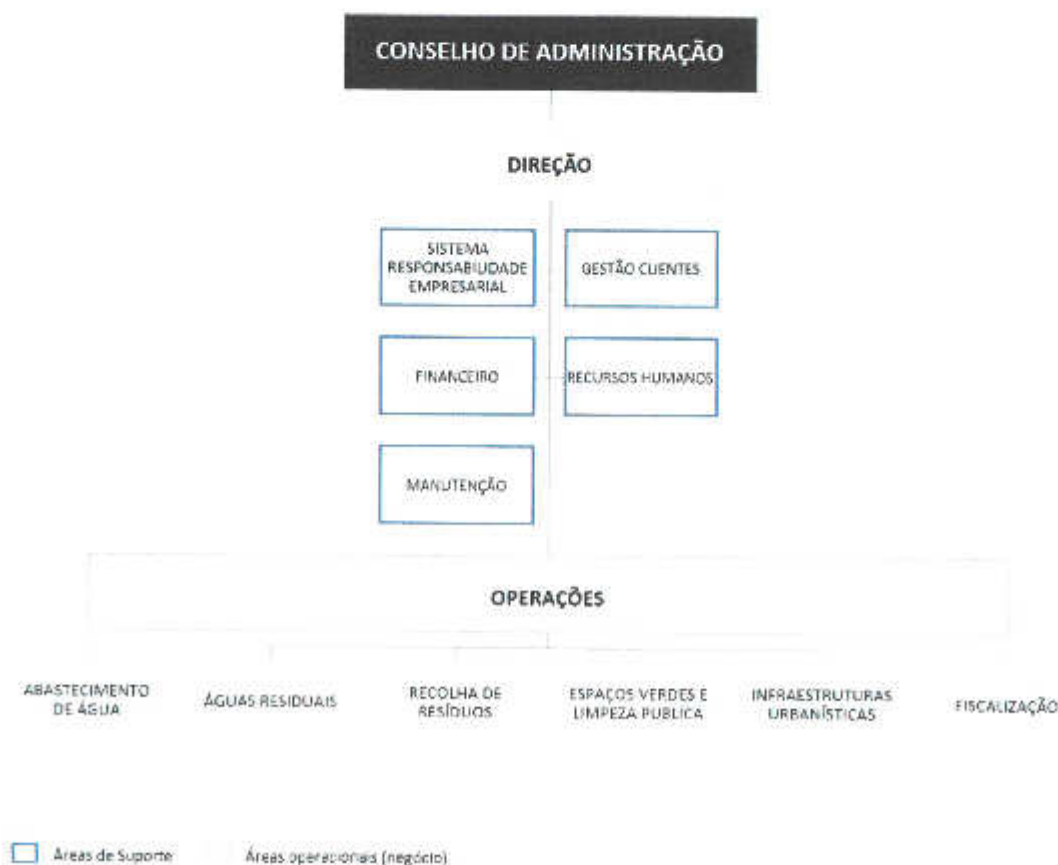
Atividade da Empresa

Modernização Administrativa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Infratróia avançou mais um degrau no processo de melhoria administrativa e organizacional da empresa que inclui um novo reajuste ao organograma da empresa e a aquisição e o desenvolvimento de novos módulos informáticos que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos e de capacidade de resposta.

Neste sentido em 2016, foi igualmente adjudicado uma prestação de serviços para levantamento dos sistemas de informação e redefinição dos procedimentos inerentes ao mesmo.

Foram adquiridos novos equipamentos informáticos para todos os postos de trabalho existentes na sede da Empresa, bem como mobiliário num investimento total de cerca de 13 mil euros.





Atividade da Empresa

Frota e equipamentos

Durante o ano de 2016 foi efetuado um aluguer operacional de duas viaturas de passageiros para transporte dos colaboradores até Tróia e da substituição da anterior viatura afeta ao serviço de piquete do serviço de abastecimento de água, também através de aluguer operacional pelo período de 48 meses.

Destaca-se a aquisição de um aspirador elétrico, automotriz para melhorar o desempenho nos trabalhos de limpeza urbana e o triturador de resíduos verdes, no sentido de reduzir os custos de deposição de resíduos biodegradáveis e reutilizar esta matéria orgânica nos nossos canteiros.

Nesta rubrica foi efetuado um investimento total de 41 mil euros.



Infraestruturas

O ano de 2016, destaca-se pela entrada em funcionamento de duas novas captações de água, cujos processos de execução iniciaram ainda em 2015.

Nessa sequência e de modo a garantir a inexistência de eventuais contaminações do aquífero, foi efetuada a selagem da captação AC8 que se encontrava fora de serviço.

Sendo a redução das perdas de água um dos objetivos mais relevantes na atividade da empresa, efetuou-se a adjudicação em 2016 de uma prestação de serviços à EPAL para a deteção de fugas de água na Urbanização de Soltróia, através da tecnologia WONE, com um investimento total de 20 mil euros.

Com a implementação das medidas de autoproteção, foram adjudicadas em 2016 a instalação de centrais de deteção de incêndio em todas as instalações operacionais da Infratróia.



Atividade da Empresa

Com vista à melhoria das instalações operacionais e das condições de armazenamento de equipamentos, foi construído um armazém na estação elevatória inicial, com um investimento de 11 mil euros. Os edifícios existentes foram ainda beneficiados, com a colocação de novos vãos e pinturas. No reservatório elevado da Urbanização de Soltróia foi ainda colocada uma vedação para proteção da instalação.

Para redução dos custos de comunicações associados à telegestão do sistema de abastecimento de água e águas residuais e por forma a ter uma comunicação de dados mais eficiente, foi efetuado um investimento de cerca de 8 mil euros para alteração das comunicações por via Wifi.

Ainda nestas instalações, foi efetuado um investimento de cerca de 25 mil euros para otimização do sistema de telegestão.

Quanto à rede viária e sinalização, foi adjudicada a empreitada de execução da pintura da sinalização horizontal da Via Principal de Tróia e da UNOP 1, bem como o fornecimento e montagem de toda a sinalização vertical necessária aos cumprimentos do RCET, com um investimento total de 20 mil euros.





Atividade da Empresa

Manutenção de espaços verdes

Dando continuidade ao processo de recuperação e requalificação das áreas verdes, em 2016 efetuou-se o aterro dos lagos existentes da UNOP 1, resultando desde local uma nova área verde e de lazer a consolidar ainda em 2017, com um investimento de 21 mil euros.

Foram efetuados trabalhos de requalificação das rotundas da Via principal de Tróia, com um investimento de 37 mil euros.

Em linha com o conceito anteriormente determinado, estas intervenções visam a substituição de relvados, por soluções alternativas com menor necessidade hídrica.

Para melhorar o desempenho do sistema de rega e reduzir as perdas de água neste setor, foram adquiridos pluviómetros e um sistema de telegestão da rega, realizando-se simultaneamente um processo de alterações do sistema de rega com vista à redução de roturas e dos consumos de água, de 6 mil euros.

Com vista a garantir a segurança da circulação dos Clientes nas áreas verdes, foi efetuado um investimento de 6 mil euros na prestação de serviços de podas de árvores em altura.



Handwritten signature in blue ink.



Indicadores Económico-financeiros

Informação Operacional	2015	2016	Δ%
Nível atividade (m ³ faturados)	478	518	8%
Nº médio de trabalhadores total	19	23	21%
Receita Casino de Troia (DI 229/2000, de 23 de Setembro)*	199	370	86%
Informação Económica e Financeira	2015	2016	Δ%
Volume Negócios	1 118	1 228	10%
Outros Rendimentos e Ganhos	280	469	68%
Custos com Pessoal	330	379	15%
Resultado Operacional Bruto (EBITDA)	182	264	45%
Resultado Líquido do exercício	12	67	458%
Investimento Acumulado	1 092	1 341	23%
Amortizações Acumuladas	812	968	19%
Dívidas de utilizadores	123	116	-6%
Ativo Líquido	1 142	1 492	31%
Capital Próprio	561	635	13%
Gastos e Perdas de financiamento	3	1	-67%
Dívidas a instituições financeiras	50	17	-66%
Cobertura de Gastos Totais	2015	2016	
Abastecimento de Água	1,3	1,2	●
Saneamento de Águas Residuais	1,0	1,1	●
Resíduos Sólidos	0,9	1,0	●
Outras atividades	0,8	1,0	●
Fiscalização de estacionamento	0,6	0,2	●

Valores em milhares

Desempenho económico e financeiro	Critérios ERSAR		Apreciação 2016-2015		2015	2016	Δ%
	Mediano	Bom					
Margem de Exploração (%)	>15%	>30%	19%	●	16%	21%	5
Autonomia financeira (%)	>10%	>20%	46%	●	49%	43%	-7
Grau de Capitalização (%)	>10%	>20%	239%	●	224%	254%	30
Prazo médio de recebimento	<120d	<60d	37	●	40	34	-6
Prazo médio de pagamentos	<120d	<60d	92	●	68	116	48

Margem de Exploração: EBITDA/Volúme de negócios (não inclui a impondade de clientes)

Autonomia Financeira: Capital Próprio/Ativo

Grau de Capitalização: Capital Próprio/Capital Realizado

*Prazo Médio de Recebimento: Clientes Conta Corrente + Titúlos a Receber/Vendas+Prestações de Serviços * 365*

AS



Indicadores Operacionais

2 029

Clientes

+ 3 %

Clientes

22

Reclamações

100 %

Respostas a reclamações (22 dias úteis)

Água e Saneamento

1,5

Milhões de m³ de água captada

1

Nova origem de água

0,5

Milhões de m³ de água de rega faturada

+ 13 %

Total de água faturada para consumo humano

- 8 %

kW consumidos

35 %

Perdas de Água

Resíduos

1 433

Toneladas de resíduos recolhidos

122

Toneladas de resíduos verdes

46 834

Quilómetros percorridos

3 380

kg de resíduos de sucatas valorizáveis



Indicadores Operacionais

Espaços Verdes e Limpeza Pública

33
gramas/m²
de aplicação de adubos

0,11
gramas/m² de aplicação
de produtos
fitofarmacêuticos

40 297
m² de área de relvados

13 109
m² de área de canteiros

4 000
m² de espaços verdes
requalificados

7 218
Novas plantações

Fiscalização de Estacionamento

1 594
Autos emitidos

58 %
Autos processados

295
Atendimentos

87
Respostas a
requerimentos



Handwritten signature and initials.



Recursos Humanos

Gráfico 2. N.º colaboradores por género

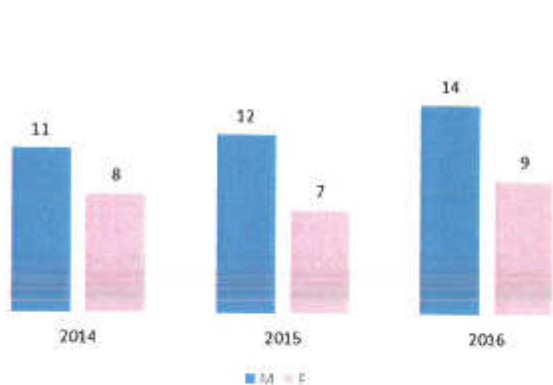


Gráfico 3. Antiguidade dos colaboradores

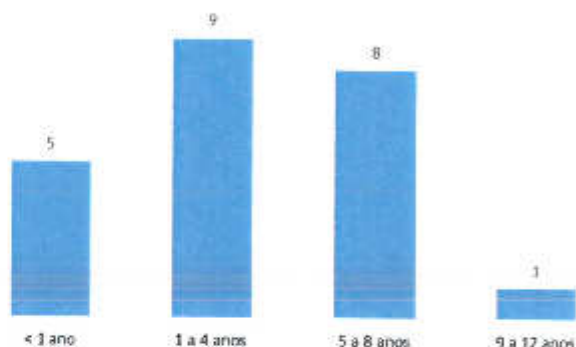
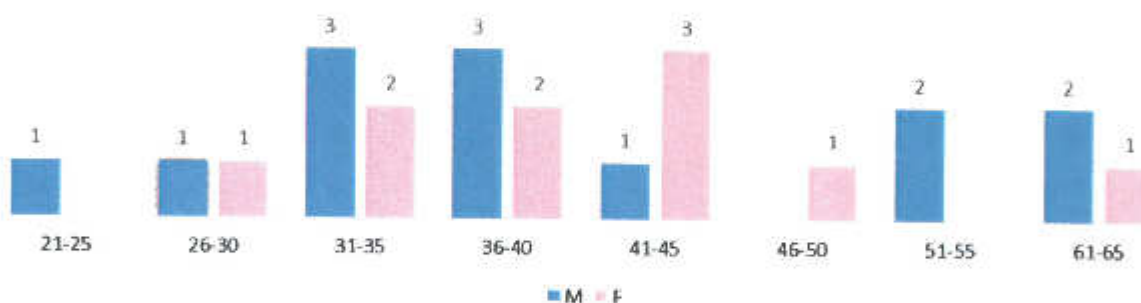


Gráfico 4. Faixa etária dos colaboradores em 2016 (N.º)



Absentismo	2016	2015	Δ%
Ausência por Acidente de Trabalho (h)	80	88	-9%
Ausência por Baixa Médica (h)	1 768	72	> 100%
Ausência por Licença Parental (h)	1 832	704	> 100%
Ausência Outros (h)	1 458	1 426	2%
Total de horas de trabalho	46 184	38 608	20%
Total de horas efetivas trabalhadas (n.º)	41 046	36 318	13%
Total de horas efetivas trabalhadas (%)	89%	94%	

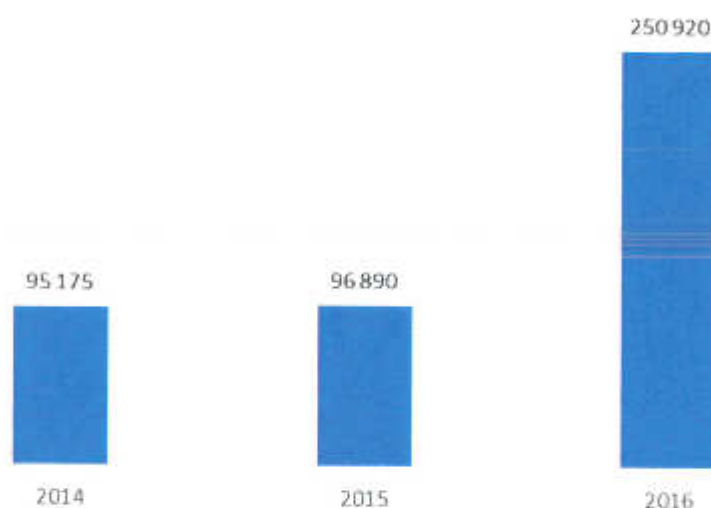
O aumento do número de horas associadas a baixas médicas, deveu-se a ausências prolongadas por motivo de doença e assistência à família.

Formação	2016	2015	Δ%
Horas	333	213	56%
nº colaboradores	23	19	21%
Grau de cobertura de formação	96%	89%	+7 pp.
média horas formação	14	11	29%



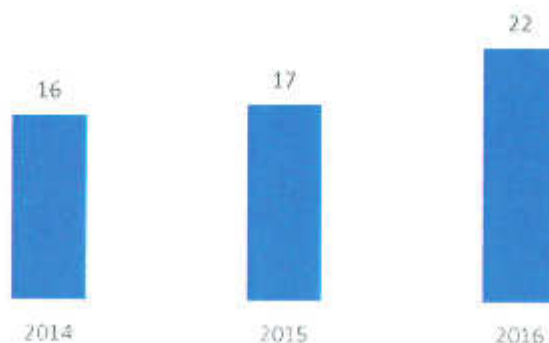
Investimentos e Contratação

Gráfico 5. Investimento (€)



Investimentos 2016	Valor (€)
Edifício e Outras Construções	1 410
Equipamento Administrativo	15 548
Equipamento Básico	222 358
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 420
Programas de Computador	6 184
Total	250 920

Gráfico 6. Procedimentos de contratação pública (N.º)





Análise Económico-financeira

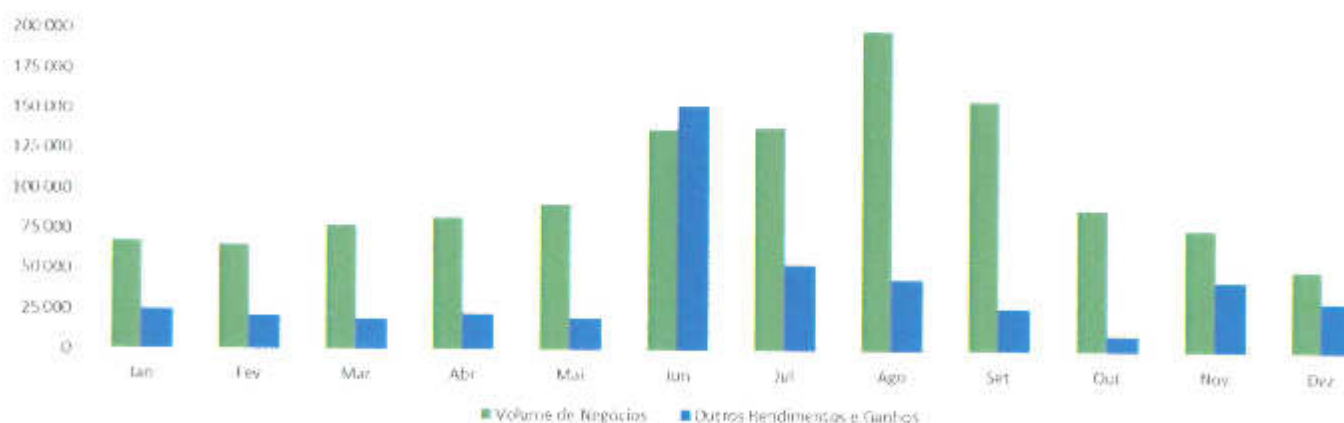
A análise económica e financeira que se apresenta resume os resultados alcançados pela Empresa, em 2016, a qual deve ser complementada com as demonstrações financeiras do exercício, apresentadas nas notas anexas às demonstrações financeiras.

Receitas

O aumento de 10% no volume de negócios face a 2015, foi influenciado: i) pelo aumento do volume de água faturada ii) pelo aumento do número de clientes iii) por ser o primeiro ano em que o novo tarifário vigorou durante 12 meses.

Nas outras prestações de serviços registou-se um aumento de 68% face a 2015, devido essencialmente ao aumento da % de verba atribuída pela Granosalis a título de contrapartida, de acordo com Decreto-Lei nº 229/2000.

Gráfico 7. Volume de negócios 2016 (€)



Custos com o Pessoal

A empresa apresentou a 31 de dezembro de 2016 um aumento de 15% face ao ano anterior, devido à admissão de colaboradores para o quadro de pessoal a partir de junho de 2016, para diversos setores da empresa. Até esta data, devido às limitações impostas pelo Orçamento de Estado, estes serviços eram assegurados com recurso a trabalho temporário. Deste modo, verificou-se uma redução na rubrica de trabalho especializado.



A Infratróia apresentou, a 31 de dezembro de 2016, um aumento de 1% nos gastos gerais face a 2015, associado ao desenvolvimento da atividade regular da empresa, cuja análise comparativa consta nas demonstrações financeiras (pág. 25).

O aumento superior a 100% na rubrica de rendas e alugueres, resulta da assinatura do contrato de gestão delegada entre o Município de Grândola e a Infratróia, na qual esta assumiu uma renda pela cedência das Infraestruturas.

No que respeita à rubrica de conservação e reparação, o aumento de 20% é resultado dos trabalhos de beneficiação e requalificação tanto das infraestruturas como dos equipamentos sob gestão da Infratróia. De salientar que o IVA das atividades de saneamento e resíduos sólidos, por indicações da Autoridade Tributária, deixou de ser dedutível em 2016, o que em tudo o que respeita a estas atividades, representou um acréscimo de gasto.

Gráfico 8 e 9. Gastos gerais 2016 face a 2015 por rubrica e totais (€)



Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, nos termos legais e estatutários, que o resultado líquido do exercício, no valor de **€ 67 222** (Sessenta e sete mil duzentos e vinte e dois euros), seja aplicado da seguinte forma:

Reserva Legal	13.444 Euros
Reserva Estatutária	53.778 Euros

Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos significativos, após 31 de dezembro de 2016 e até à presente data que necessitem por este facto de serem divulgados ou ajustados.

JOSÉ ANÍBAL GOMES FERRO DE CARVALHO


Presidente do Conselho de Administração

RICARDO MIGUEL DA COSTA


Vogal do Conselho de Administração

JOÃO PEDRO PEREIRA NUNES MADEIRA


Vogal do Conselho de Administração

Tróia, 15 de Março de 2017



Demonstrações financeiras

Balanço	24
Demonstração dos resultados por naturezas	25
Demonstração das alterações no capital próprio	26
Demonstração de fluxos de caixa	28
Anexo	29

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	Períodos	
		31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	6	369 011,94	279 938,34
Ativos Intangíveis	7	3 713,81	-
Outros Ativos Financeiros	8	431,00	156,33
		373 156,75	280 094,67
Ativo corrente			
Inventários	10	233,78	-
Clientes	11	115 846,58	122 577,53
Estado e Outros Entes Públicos	21	30 355,05	29 753,35
Outros Créditos a Receber	12	270 720,04	216 397,48
Diferimentos	13	27 731,29	20 279,77
Caixa e Depósitos Bancários	4	673 529,65	472 519,78
		1 118 416,39	861 527,91
TOTAL DO ATIVO		1 491 573,14	1 141 622,58
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Subscrito	14	250 000,00	250 000,00
Reservas Legais	15	42 093,48	39 695,80
Outras Reservas	16	248 745,98	239 155,27
Outras Variações no Capital Próprio	17	27 265,28	20 401,13
		568 104,74	549 252,20
Resultado Líquido do Período		67 221,61	11 988,39
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		635 326,35	561 240,59
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	18	16 608,31	-
Financiamentos Obtidos	22	6 900,40	31 988,61
Passivos por Impostos Diferidos	9	5 637,26	6 828,56
		29 145,97	38 817,17
Passivo corrente			
Fornecedores	19	294 530,31	162 568,52
Adiantamentos de Clientes	20	1 153,66	86,74
Estado e Outros Entes Públicos	21	35 199,11	23 023,45
Financiamentos Obtidos	22	9 696,31	17 851,82
Outras Dívidas a Pagar	23	485 696,27	333 889,81
Diferimentos	24	825,16	4 144,48
		827 100,82	541 564,82
TOTAL DO PASSIVO		856 246,79	580 381,99
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		1 491 573,14	1 141 622,58

Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	25	1 228 362,10	1 117 879,48
Subsídios à exploração			3 580,96
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	161,06	
Fornecimentos e serviços externos	26	880 964,74	868 244,07
Gastos com o pessoal	27	378 646,48	330 446,26
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	28	2 962,85	2 543,43
Provisões (aumentos/reduções)	18	16 608,31	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Outros rendimentos e ganhos	29	468 574,55	280 357,77
Outros gastos e perdas	30	159 382,64	23 992,88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		264 136,27	181 678,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31	156 722,74	148 927,81
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		107 413,53	32 750,63
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	32	1 247,80	3 480,03
Resultado antes de impostos		106 165,73	29 270,60
Imposto sobre o rendimento do período	9	38 944,12	17 282,21
Resultado líquido do período		67 221,61	11 988,39

Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Demonstração das Alterações ao Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
1 - POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2016		250 000,00	39 695,80	239 155,27	20 401,13	11 988,39	561 240,59
2 - ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							0,00
Alterações de políticas contabilísticas							0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							0,00
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intang. e respectivas variações							0,00
Ajustamentos por impostos diferidos							0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					6 864,15		6 864,15
		0,00	0,00	0,00	6 864,15	0,00	6 864,15
3 - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						67 221,61	67 221,61
4 - RESULTADO INTEGRAL (2+3)		0,00	0,00	0,00	6 864,15	67 221,61	74 085,76
5 - OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital							0,00
Realizações de prémios de emissão							0,00
Distribuições							0,00
Entradas para cobertura de perdas							0,00
Aplicação do Resultado Líquido 2015			2 397,68	9 590,71		-11 988,39	0,00
Outras operações							0,00
		0,00	2 397,68	9 590,71	0,00	-11 988,39	0,00
6 - POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2016 (1+2+3+5)	14	250 000,00	42 093,48	248 745,98	27 265,28	67 221,61	635 326,35

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



Demonstração das Alterações ao Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
1 - POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2015		250 000,00	38 856,80	238 779,60	23 832,05	4 193,64	555 662,09
2 - ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intang. e respectivas variações							0,00
Ajustamentos por impostos diferidos							0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-3 430,92		-3 430,92
		0,00	0,00	0,00	-3 430,92	0,00	-3 430,92
3 - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						11 988,39	11 988,39
4 - RESULTADO INTEGRAL (2+3)		0,00	0,00	0,00	-3 430,92	11 988,39	8 557,47
5 - OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital							0,00
Realizações de prémios de emissão							0,00
Distribuições							0,00
Entradas para cobertura de perdas							0,00
Aplicação do Resultado Líquido 2014			839,00	375,67		-4 193,64	-2 978,97
Outras operações							0,00
		0,00	839,00	375,67	0,00	-4 193,64	-2 978,97
6 - POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2015 (1+2+3+5)	14	250 000,00	39 695,80	239 155,27	20 401,13	11 988,39	561 240,59

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2016	2015
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 234 590,09	1 221 419,00
Pagamentos a fornecedores		- 1 005 304,64	- 930 905,00
Pagamentos ao pessoal		- 374 340,89	- 304 576,00
Caixa gerada pelas operações		- 145 055,43	- 8 062,00
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento		- 21 845,51	- 31 023,00
Outros recebimentos / pagamentos		558 462,22	258 822,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		475 252,30	281 783,00
Fluxos de Caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 244 736,51	- 71 684,00
Ativos intangíveis		- 6 183,63	
Investimentos financeiros		- 274,67	
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios de investimento		11 345,70	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		- 239 849,11	- 71 884,00
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		173,33	180,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 33 243,72	- 54 197,00
Juros e gastos similares		- 1 247,80	
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		- 34 318,19	- 54 017,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4	201 085,00	155 882,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		472 520,00	316 638,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		673 605,00	472 520,00

Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

INFRATROIA - Infraestruturas de Troia. E.M.

Sede: Rua da Aroeira – Tróia – 7570-789 Carvalhal GDL

Pessoa Coletiva n.º: 505263963

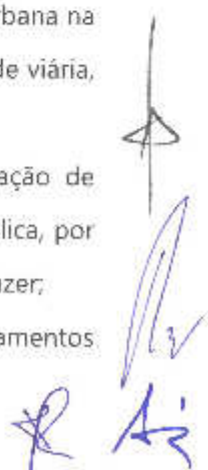
Capital Social: 250 000€ (Duzentos e cinquenta mil euros)

A INFRATRÓIA – Infraestruturas de Tróia, EM, é uma empresa municipal de capitais maioritariamente públicos, constituída a 12 de Abril de 2001 nos termos previstos no regime jurídico do setor empresarial local (aprovado pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, a qual foi substituída pela Lei n.º 50 /2012, de 31 de Agosto). É dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo adotado a forma de sociedade anónima.

A Empresa rege-se pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, pela lei comercial aplicável às sociedades anónimas, pelos presentes estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do sector empresarial do Estado.

O objeto da INFRATRÓIA compreende as atividades de realização, manutenção e gestão de serviços de interesse geral e de promoção do desenvolvimento local na Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia (ADTT), delegadas, nomeadamente as seguintes:

- a) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e a gestão urbana na ADTT, incluindo a gestão, manutenção e conservação da iluminação pública, da rede viária, dos espaços verdes e do mobiliário urbano;
- b) Gestão urbana na ADTT, incluindo emissão de permissões, fiscalização e aplicação de sanções em matéria de publicidade, de ocupação do espaço público e da via pública, por motivo de obras ou outros, e de ruído, bem como a gestão das áreas de recreio e lazer;
- c) Promoção e gestão de equipamentos coletivos na ADTT, designadamente equipamentos desportivos;



- d) Gestão e manutenção dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem assim como a prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, na ADTT;
- e) Limpeza pública na ADTT, incluindo a limpeza de praias;
- f) Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano na ADTT, designadamente a fiscalização dos parques e zonas de estacionamento público, incluindo os de duração limitada, e dos arruamentos integrados na ADTT e manutenção da respetiva sinalização.

A delimitação da ADTT está definida no Plano de Urbanização de Troia, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros 23/2000 e alterado pela Deliberação 1240/2011.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, sendo esta a divisa igualmente a moeda funcional da Empresa, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas em conformidade com as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de retificação nº67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº20/2010, de 23 de agosto.

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso nº 8256/2015, com aplicação ao exercício iniciado em 01 de janeiro de 2016, o qual, não originou efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2015.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade da INFRATRÓIA, relativamente à sua atividade, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

3.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis as atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os bens são depreciados em função das respetivas vidas úteis estimadas, as quais são determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho, baseada na experiência com ativos semelhantes. Os fatores considerados na determinação da vida útil dos ativos da INFRATRÓIA são os seguintes:

- Uso esperado do ativo, que é avaliado por referência à capacidade ou produção física esperadas dos ativos, e
- Desgaste normal esperado.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens ficam disponíveis para serem utilizados.



As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A vida útil estimada para os principais grupos de bens da INFRATRÓIA é a seguinte:

Vida útil Estimada	
Equipamento básico	8 a 15
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 5

Para os elementos do ativo sujeitos a depreciação, cujos custos unitários de aquisição não ultrapassem 1.000 euros, considera-se como período máximo de vida útil, 1 ano, exceto quando façam parte integrante de um conjunto de elementos que deva ser depreciado como um todo.

As vidas úteis e o método de amortização dos bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas, é reconhecida prospectivamente na demonstração de resultados por natureza.

As despesas de conservação e reparação que aumentem a vida útil dos ativos e resultem em benfeitorias ou melhorias significativas, são registadas como ativos fixos tangíveis.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultante da venda ou abate, é determinado pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registado na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados a propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substancia e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade

3.4 Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Em cada data de relato a efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, a estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no major de entre:

- (i) o justo valor deduzido de custos para vender e
- (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior a sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (liquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5 Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF27 Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam a vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir a rubrica de "Financiamentos obtidos".

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

Nesta categoria incluem-se os ativos financeiros classificados como "Outros investimentos financeiros".

O montante registado nesta rubrica diz respeito às contribuições da Empresa para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT); um (fundo de capitalização individual obrigatório, para contratos

iniciados a partir de 1 de Outubro 2013 e que visa garantir o pagamento ate metade das compensações devidas por cessação de contrato de trabalho.

O justo valor e determinado com base na informação disponibilizada pela entidade gestora do fundo, Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P. - que tem como base o montante das entregas feitas e a valorização da conta do empregador, nos últimos 12 meses.

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidencia objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos apos o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde a diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados a respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde a diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada ate ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados a posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6 Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas, dos ativos subsidiados.

3.7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O redito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do redito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.8. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência a data de relato com base no melhor conhecimento existente a data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis a data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.9 Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.10 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Periodizações

As transações são reconhecidas contabilisticamente quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a Receber e a Pagar e Diferimentos.

3.12 Classificação de Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.13 Acontecimentos Subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam a data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.14. Gestão de Risco Financeiro

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a Empresa na prossecução da sua estratégia de longo prazo, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos seus resultados de tais riscos. A

atitude da Empresa em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade operacional da Empresa, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a sua atividade.

- a) **Risco taxa de juro** - A exposição da sociedade ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, contratados na sua totalidade a taxa variável, sendo que a sua alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos / pagos, provocando consequentemente variações de caixa.
- b) **Risco de Taxa de Câmbio** - A totalidade das transações da Sociedade são denominadas em Euros pelo que não existe qualquer exposição a este risco.
- c) **Riscos de Crédito** - O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. O risco de crédito na Empresa, resulta maioritariamente (i) dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional e (ii) do seu relacionamento com Instituições financeiras, no decurso normal da sua atividade.

A empresa não tem concentração significativa de risco de crédito uma vez que as políticas em vigor asseguram que as vendas são efetuadas para clientes com um adequado historial de crédito.

O risco de crédito está associado ao potencial incumprimento, por parte de Instituições financeiras, com as quais a Empresa tenha contratado, no decurso normal das suas operações, depósitos a prazo, depósitos à ordem e instrumentos financeiros derivados. A empresa só executa operações com contrapartes que tenham sido selecionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e/ou internacional, baseada nas respetivas notações de rating, reduzindo o risco de crédito a que se expõe.

- d) **Risco de liquidez** - No âmbito das suas funções, a gestão reviu cuidadosamente o risco de liquidez, tendo a expectativa que conseguirá assegurar a liquidez necessária à prossecução do seu objetivo. Assim, consideramos que o risco de liquidez afigura-se reduzido e para este efeito é importante referir que o Conselho de Administração está convicto que conta com o apoio dos seus acionistas sempre que necessário.

Handwritten signature in blue ink, followed by a blue star symbol.

4. FLUXOS DE CAIXA

A discriminação de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2015 e de 2016, é a seguinte:

Rubricas	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2016	Varição
Caixa	503,20	1.000,00	496,80
Depósitos á Ordem	322.016,58	522.529,65	200.513,07
Depósitos a Prazo	150.000,00	150.000,00	0,00
Total	472.519,78	673.529,65	201.009,87

A variação ocorrida na rubrica de outros recebimentos/pagamentos em 2016 ficou a dever-se fundamentalmente à contrapartida da receita do casino de acordo com o DL nº 229/2000.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os periodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

Ativos Fixos Tangíveis	Saldo Inicial 31/12/2015	Aquisições	Transf ^{as} , Abates e Alienações	Saldo Final 31/12/2016
Edifícios e Out. Construções	49.848,19	1.410,00		51.258,19
Equipamento Básico	701.143,37	222.358,16		923.501,53
Equipamento Transporte	237.083,91			237.083,91
Equipamento Administrativo	78.716,08	15.548,34		94.264,42
Outros ativos fixos tangíveis	23.506,05	5.420,01		28.926,06
Em curso	1.410,00		1.410,00	0,00
Total Ativos	1.091.707,60	244.736,51	1.410,00	1.335.034,12

Depreciações Acumuladas	Saldo Inicial 31/12/2015	Depreciações Exercício	Abates e Alienações	Saldo Final 31/12/2016
Edifícios e Out. Construções	24.833,35	14.931,45		39.764,80
Equipamento Básico	502.524,15	88.717,39		591.241,54
Equipamento Transporte	195.597,83	28.391,44		223.989,28
Equipamento Administrativo	69.216,79	16.542,60		85.759,39
Outros ativos fixos tangíveis	19597,1344	5.670,04		25.267,17
Total Depreciações Acumuladas	811.769,26	154.252,91	0,00	966.022,18
Total Ativos – Valor líquido	279.938,34			369.011,94

- As depreciações do exercício dos ativos fixos tangíveis foram calculadas atendendo à capacidade ou produção física esperadas dos ativos e foram registadas em Gastos de Depreciações (Nota nº 31).
- Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

Ativos	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido a 31/12/2016	Valor Líquido a 31/12/2015
Equipamento Transporte	237.083,91	223.989,27	13.094,64	41.485,64
Total	237.083,91	223.989,27	13.094,64	41.485,64

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos intangíveis foram os seguintes:

Ativo Bruto	Saldo Inicial 31/12/2015	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 31/12/2016
Programas de Computador	0,00	6.183,63		6.183,63
Total	0,00	6.183,63	0,00	6.183,63

Amortizações Acumuladas	Saldo Inicial 31/12/2015	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 31/12/2016
Programas de computador		2.469,82		2.469,82
Total	0,00	2.469,82	0,00	2.469,82
Valor Líquido	0,00			3.713,81

- As depreciações do exercício dos ativos intangíveis foram calculadas atendendo à capacidade ou produção física esperadas dos ativos e foram registadas em Gastos de Amortizações (Nota nº 31)

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

- Os Outros Ativos Financeiros em 31 de dezembro de 2015 e de 2016 eram os seguintes:

Outros Ativos Financeiros	2015	2016
- Fundo Compensação Trabalho	156,33	431,00

O FCT é um fundo de capitalização individual, financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais, aplicável a contratos iniciados a partir de 1 de outubro de 2013. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho. O valor da contribuição da entidade empregadora é de 0.925% da retribuição base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO - DIFERIDOS E CORRENTES

- De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente acresce da Derrama ate a taxa de 1,4% sobre o resultado tributável e não isento de IRC, resultando numa taxa agregada máxima de 22,4%.

- O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é detalhado conforme se segue:

Rubricas	2016	2015
Resultado antes de imposto	106.165,73	29.270,60
Gastos não dedutíveis	48.337,62	11.052,68
Correções relativas a períodos anteriores	-535,33	9.161,62
Excesso estimativa de imposto	-627,42	713,68
Benefício Fiscal	0,00	-2.439,00
Lucro Tributável	153.340,60	47.759,58
Reporte Prejuízo Fiscal	0,00	-972,72
Taxa de imposto	21%	21%
Coleta	32.201,53	9.825,24
Tributação autónoma	4.595,83	6.155,90
Derrama	2.146,81	668,63
Imposto corrente do ano	38.944,12	16.649,77
Imposto Diferido	0	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	38.944,12	16.649,77
Taxa efetiva de imposto	36,68%	56,88%

- O detalhe dos passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, resultantes de diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e tributáveis, e os movimentos ocorridos no exercício de 2016 foram os seguintes:

Rubrica	Impostos Diferidos Passivos - 2015	Impostos Diferidos Passivos - 2016
Saldo Inicial	7.935,92	6.828,56
Subsidio QREN	-1.107,36	-1.191,30
Saldo Final	6.828,56	5.637,26

10. INVENTÁRIOS

- Os Inventários em 31 de dezembro de 2015 e de 2016 eram os seguintes:

Inventários	2015	2016
- Selos de correio	0,00	233,78

- O custo das vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 161,06 euros.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CLIENTES

- Decomposição da rubrica de clientes em 31 de dezembro de 2016 e comparativo com 2015:

Rubricas	Saldos a 31-12-2015	Saldos a 31-12-2016	Variação
Clientes	237.344,11	177.933,62	-59.410,49
Imparidades	-114.766,58	-62.083,45	52.683,13
Total	122.577,53	115.850,17	-6.727,36

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Outros Créditos a Receber

- Decomposição da rubrica de Outros Créditos a Receber em 31 de dezembro de 2016 e seu comparativo com 2015:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	Saldos a 31-12-2015	Saldos a 31-12-2016
Devedores por acréscimos de rendimentos	201.500,00	250.000,00
Adiantamentos a fornecedores	11.224,00	11.836,15
Pessoal	-	430,37
Devedores diversos	3.673,48	8.453,52
Total	216.397,48	270.720,04

13. DIFERIMENTOS - Ativos

- Decomposição da rubrica de Diferimentos em 31 de dezembro de 2016 e seu comparativo com 2015:

DIFERIMENTOS	Saldos a 31-12-2015	Saldos a 31-12-2016
Seguros	13.652,00	18.332,97
Formação	-	5.355,00
Rendas e alugueres	1.732,00	2.343,54
Trabalhos especializados	4.746,00	1.255,24
Outros	150,00	444,54
Total	20.280,00	27.731,29

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – Capital Subscrito

- Em 31 de dezembro de 2015 e 2016 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 ações, com o valor nominal de 5 Euros, cada.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2016 não ocorreram movimentos no número de ações em circulação e as mesmas são detidas pelas seguintes entidades:

Entidade	2015	2016
Câmara Municipal de Grândola	74,10%	74,10%
Troiaresort, SGPS, SA	25,90%	25,90%
	100%	100%

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – Reserva legal

- De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode

ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

	Saldos a 31-12-2015	Saldos a 31-12-2016
Reserva Legal		
Saldo inicial	38.856,80	39.695,80
Aplicação de resultados	839,00	2.397,68
Saldo final	39.695,80	42.093,48

O movimento ocorrido no exercício de 2016 respeitou à aplicação dos resultados de 2015.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – Outras Reservas

- No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2016, as outras reservas apresentaram ainda o seguinte movimento:

	Saldos a 31-12-2015	Saldos a 31-12-2016
Reserva Estatutária		
Saldo inicial	245.715,02	246.090,69
Aplicação de resultados	375,67	9.590,71
Saldo final	246.090,69	255.681,40
Reserva de Ajustamentos de Conversão	-6.935,42	-6.935,42
Total	239.155,27	248.745,98

- Reserva Estatutária: É constituída para obedecer aos Estatutos da empresa. A INFRATRÓIA constituiu uma reserva de investimento, cujo quantitativo anual será igual ao resultado líquido do período, deduzido da reserva legal. A reserva de investimento terá a utilização que lhe for fixada em Assembleia Geral.

O movimento ocorrido no exercício de 2016 respeitou à aplicação dos resultados de 2015.

- O montante registado na rubrica "Reserva Ajustamentos de Conversão" refere-se na sua totalidade, aos ajustamentos de conversão das demonstrações financeiras do referencial contabilístico "POC" Para "NCRF".

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – Outras Variações no Capital Próprio

- Os valores inscritos na rubrica "Outras variações no capital próprio" são referentes ao subsídio ao investimento (Passadiço - UNOP 2), recebido ao abrigo do programa QREN e impacto do respetivo imposto diferido.

Os movimentos ocorridos no exercício foram os seguintes:

	Subsídio	Imposto Diferido	Total
Saldo inicial	27.229,69	-6.828,56	20.401,13
Subsídio recebido em 2016	11.345,70		11.345,70
Imputação (Nota nº 29)	-5.672,85	1.191,30	-4.481,55
Saldo final	32.902,54	-5.637,26	27.265,28

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Provisões

- O saldo da rubrica de provisões destina-se à cobertura de obrigações e encargos decorrentes de um processo judicial em curso, e respeita a uma estimativa dos pagamentos a serem efetuados pela INFRATRÓIA, com base na informação prestada pelo advogado que acompanha o processo;

Rubricas	Saldos a 31-12-2015	Saldos a 31-12-2016
Provisões para Processos Judiciais em curso	-	16.608,31
Total	0,00	16.608,31

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – Fornecedores

- Decomposição da rubrica de Fornecedores em 31 de dezembro de 2016 e comparativo com 2015:

Rubricas	Saldos a	Saldos a
	31-12-2015	31-12-2016
Fornecedores	162.568,53	294.530,31
Total	162.568,53	294.530,31

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – Adiantamentos de Clientes

- Decomposição da rubrica de Adiantamentos de Clientes em 31 de dezembro de 2016 e comparativo com 2015:

Rubricas	Saldos a	Saldos a
	31-12-2015	31-12-2016
Adiantamentos de Clientes	86,74	1.153,66
Total	86,74	1.153,66

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Estado e Outros Entes Públicos

- Os saldos com o Estado e Outros Entes Públicos eram os seguintes em 31 de dezembro de 2016:

Rubrica	Saldos	Saldos
	Devedores	Credores
	31-12-2016	31-12-2016
IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – A pagar		25.969,64
IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares –		2.085,85
Retenções na fonte		
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	30.098,66	
CGA - Contribuições para a segurança social		7.143,62
Outras	256,39	
Total	30.355,05	35.199,11

22. Financiamentos Obtidos

- Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são detalhados conforme se segue:

Contratos de leasing	Montante em Dívida		Montante em Dívida		Vencimento	Tipo de Amort.	Tx
	2016		2015				
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente			
Nº 400102572	-	-	-	19.558,84	Maio-2016	Mensal	7,38%
Nº 199282	3.921,89	-	734,31	12.429,77	Março-2017	Mensal	7,01%
Nº 207767	5.774,42	6.900,40	17.122,80	-	Fev-2018	Mensal	2,38%
Total	9.696,31	6.900,40	17.857,11	31.988,61			

- Estes financiamentos relacionam-se com os ativos referidos na nota nº 6.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Outras Contas a Pagar

- Em 31 de dezembro de 2016 a decomposição da rubrica de Outras Contas a Pagar, e seu comparativo com 2015 eram os seguintes:

Outras Contas a Pagar	Saldos a 31-12-2015	Saldos a 31-12-2016
De Credores por Acréscimos de Gastos	251.267,79	395.470,31
Conservação e reparação	124.771,43	232.944,51
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	85.079,68	116.803,52
Remunerações a Liquidar	41.416,68	45.722,28
De Fornecedores de Investimento	15.954,48	23.576,37
Outros Saldos Credores	66.667,54	56.718,37
Total	333.889,81	485.696,27

- A rubrica de Acréscimos de Gastos de Outros Fornecimentos e Serviços Externos, integra o montante de 35.233,33 euros relativo à renda de 2016 pela utilização da infraestrutura da

Câmara Municipal de Grândola (Nota nº 26), conforme previsto no Contrato de Gestão Delegada, corresponde a 3% do volume de negócios da atividade regulada, no ano anterior.

24. DIFERIMENTOS - Passivos

- Em 31 de dezembro de 2016 os diferimentos respeitavam a rendas.

25. RÉDITO

- Os réditos reconhecidos pela INFRATRÓIA nos exercícios de 31 de dezembro de 2016 e 2015 correspondem às seguintes receitas obtidas por vendas e serviços prestados:

Rubricas	2016	2015	Variação
Vendas:	219,82	0,00	100,0%
De selos	211,76	0,00	100,0%
Outras	8,06	0,00	100,0%
Prestação Serviços:	1.228.142,28	1.117.879,48	9,9%
Prestação de serviços-água	702.436,74	663.383,95	5,9%
Prestação de serviços-saneamento	197.545,03	160.946,54	22,7%
Prestação de serviços-resíduos sólidos	328.160,51	293.548,99	11,8%
Total	1.228.362,10	1.117.879,48	9,9%

26. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE GASTOS – Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	2016	2015	Variação
Trabalhos especializados	263.948,13	300.189,63	-12,1%
Conservação e reparação	234.646,19	195.510,43	20,0%
Eletricidade	137.823,65	157.958,07	-12,7%
Rendas e alugueres	84.641,54	36.439,67	132,3%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	44.758,28	40.170,01	11,4%
Comunicação	31.520,91	36.262,17	-13,1%

Combustíveis	30.051,72	25.843,83	16,3%
Limpeza, higiene e conforto	13.374,09	10.750,56	24,4%
Seguros	10.875,22	18.227,89	-40,3%
Serviços bancários	6.576,52	6.115,29	7,5%
Honorários	6.239,31	5.944,94	5,0%
Vigilância e segurança	3.381,88	7.820,00	-56,8%
Deslocações e estadas	3.344,26	5.507,24	-39,3%
Material de escritório	2.915,48	5.620,78	-48,1%
Despesas de representação	2.437,93	2.484,15	-1,9%
Contencioso e notariado	1.299,00	4.165,06	-68,8%
Restantes	3.130,63	9.234,35	-66,1%
Total	880.964,74	868.244,07	1,5%

- A rubrica de Rendas e Alugueres, integra o montante de 35.233,33 euros relativo à renda de 2016 pela utilização da infraestrutura da Câmara Municipal de Grândola (Nota nº 23), conforme previsto no Contrato de Gestão Delegada, corresponde a 3% do volume de negócios da atividade regulada, no ano anterior.

27. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE GASTOS – Gastos com Pessoal

Gastos com o pessoal	2016	2015	Varição
Remunerações do pessoal	299.728,94	254.373,983	17,8%
Encargos sobre remunerações	62.984,90	54.549,32	15,5%
Seguros acidentes trabalho	827,78	1.455,90	-43,1%
Medicina no trabalho/HST	4.775,52	1.551,86	207,7%
Seguro de saúde	2.054,09	2.914,83	-29,5%
Fardamento	3.333,92	8.550,10	-61,0%
Indemnizações	870,78	0,00	100,0%
Outros	4.070,55	7.050,28	-42,3%
Total	378.646,48	330.446,26	14,6%

- O número médio de pessoas ao serviço em 31 de Dezembro de 2016 era de 25.

28. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE GASTOS – Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Imparidades	2016	2015	Variação
Reconhecimento de Perdas por Imparidade	3.708,60	6.883,93	-46,1%
Reversão de Perdas por Imparidade	-6.671,45	-9.427,36	-29,2%
Total	-	-	16,5%
	2.962,85	2.543,43	

29. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE RENDIMENTOS – Outros

Outros rendimentos e ganhos	2016	2015	Variação
Outros rendimentos e ganhos	465.847,02	279.386,63	66,7%
Casino de Tróia	370.111,37	198.632,41	86,3%
Rendas de edifícios	16.729,75	14.549,92	15,0%
Correções relativas a períodos anteriores	15.304,63	195,86	7714,1%
Trânsito	10.810,10	31.588,80	-65,8%
Licenciamentos	5.749,88	0,00	100,0%
Imputação de subsídios para investimentos	5.672,85	4.538,27	25,0%
Manutenção de infraestruturas	4.038,79	5.150,19	-21,6%
Limpeza praias	3.500,00	4.000,00	-12,5%
Excesso da estimativa para impostos	627,42	0,00	100,0%
Diversos	33.302,23	20.731,18	60,6%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	2.727,53	971,14	180,9%
Juros de mora	2.554,20	791,44	222,7%
Restantes	173,33	179,70	-3,5%
Total	468.574,55	280.357,77	67,1%

30. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE GASTOS – Outros

Outros gastos e Perdas	2016	2015	Variação
Contrato Gestão Delegada - encargos	89.472,00	0,00	100,0%
Multas Fiscais	48.307,38	10.806,93	100,0%
Correções relativas a períodos anteriores	14.769,30	9.161,62	61,2%
Impostos	4.065,49	867,26	368,8%
Indemnizações	130,32	0,00	100,0%
Donativos	0,00	2.439,00	-100,0%
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00	713,68	-100,0%
Outros não especificados	2.638,15	4,38	60131,7%
Total	159.382,64	23.992,87	564,3%

- Os Gastos com o Contrato Gestão Delegada no montante de 89.472,00 euros, respeitam aos encargos com a renovação das infraestruturas, equipamentos e instalações da Câmara Municipal de Grândola, da responsabilidade da INFRATRÓIA, conforme previsto no Contrato de Gestão Delegada.

Os valores referentes a estas obrigações de renovação constam do estudo de viabilidade financeira, no "Plano de Investimento (2016-2030)", o qual faz parte integrante do Contrato. Tratam-se de gastos com investimentos de renovação/reposição na infraestrutura cedida pelo Município de Grândola em regime de aluguer, sobre a qual a INFRATRÓIA tem a obrigação de manter e entregar ao Município no final do Contrato em adequada operacionalidade (nº 71.1 do Contrato).

Os investimentos necessários relativos à renovação dos "bens e equipamentos" propriedade do Município de Grândola e que a INFRATRÓIA está a utilizar em regime de aluguer, serão de 2.236,8 milhares de euros, no período do Contrato de Gestão Delegada que é de 25 anos, o que corresponde a um gasto anual de 89.472 euros.

31. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE GASTOS – Depreciações e Amortizações

Depreciações e Amortizações	2016	2015	Variação
De Ativos fixos tangíveis	154.252,92	148.927,81	3,6%
De Ativos intangíveis	2.469,82	-	100,0%
Total	156.722,74	148.927,81	5,2%

32. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE GASTOS – Juros e gastos similares

Juros e gastos similares suportados	2016	2015	Variação
Juros de contr. de locações financeiras	1.178,84	3.277,98	-64,0%
Outros gastos e perdas de financiamento	68,96	202,05	-65,9%
Total	1.247,80	3.480,03	-64,1%

33. PARTES RELACIONADAS

- No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Partes relacionadas	Gastos		Rendimentos	
	2016	2015	2016	2015
Partes Relacionadas – Grupo Sonae	25.535,89	55.007,00	345.335,37	355.353,00
Total	25.535,89	55.007,00	345.335,37	355.353,00

- Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Partes relacionadas	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	31-12-2016	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2015
Partes Relacionadas – Grupo Sonae	46.660,35	81.174,00	-	5.199,00
Total	46.660,35	81.174,00	-	5.199,00

34. DIVULGAÇÃO DE OUTRAS INFORMAÇÕES

- Em 17 de outubro de 2016 foi celebrado com o Município de Grândola, o Contrato de Gestão Delegada que tem por objeto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e da recolha e rejeição de efluentes, domésticos ou industriais, bem como a gestão do sistema de resíduos urbanos, na Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia, pelo prazo de 25 anos.
- Nesta data foi também celebrado um Contrato Programa com o Município de Grândola que tem por objeto a definição da prestação de serviços de interesse geral e das tarefas de promoção do desenvolvimento local na Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia, demarcada pelo Plano Diretor Municipal do Município de Grândola. O contrato tem o prazo de 25 anos.
- Não ocorreram eventos significativos após 31 de dezembro de 2016 e até à presente data que necessitem de serem divulgados ou ajustados.

Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





Relatório e Parecer

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da INFRATROIA – Infraestruturas de Troia E.M. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.491.573 euros e um total de capital próprio de 635.326 euros, incluindo um resultado líquido de 67.222 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da INFRATROIA – Infraestruturas de Troia E.M. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda,
o Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o N.º 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20161485



- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

30 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Herminio António Paulos Afonso, R.O.C.